

ALFABETIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO: um laboratório de experiências

Hamanda Machado de Meneses Fontenele¹

RESUMO: O presente artigo aborda o patrimônio cultural enquanto meio para construção da identidade de uma comunidade através do coletivo de memórias que se resguarda nos respectivos patrimônios. Nesse aspecto, o patrimônio caracteriza-se como alfabetizador, pois ensina os sujeitos a ler sua própria história. Para isso, concebemos a educação patrimonial como um laboratório de saberes e experiências em constante evolução na percepção de cidadania que auxilia nesse processo alfabetizador. Assim, através uma gama de referenciais teóricos que dizem respeito a trajetória do patrimônio cultural no Brasil, objetivamos analisar a trajetória do patrimônio, bem como o seu processo alfabetizador, por meio da educação patrimonial, enquanto meio social de compreensão dos comportamentos e percepções de identidade dos sujeitos em comunidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Identidade. Institucionalização.

HERITAGE LITERACY: a laboratory of experiences

ABSTRACT: This article deals with cultural heritage as a means of building the identity of a community through the collective of memories that is protected in the respective heritage. In this respect, heritage is characterized as a literacy teacher, as it teaches subjects to read their own history. For this, we conceived heritage education as a laboratory of knowledge and experiences in constant evolution in the perception of citizenship that helps in this literacy process. Thus, through a range of theoretical references that refer to the trajectory of cultural heritage in Brazil, we aim to analyze the trajectory of heritage, as well as its literacy process, through heritage education, as a social means of understanding behavior and perceptions of identity of subjects in community.

Keywords: Patrimonial Education. Identity. Institutionalization.



Introdução

Todos os sujeitos têm dentro de si a necessidade do seu passado, de tradições que expliquem seus costumes e modos de vida. Nesse sentido, o Patrimônio é peça chave para o resgate e construção da identidade, uma vez que dá subsídios para essa construção. Pela sua própria etimologia, a palavra patrimônio já rememora a um fato do passado, portanto, uma entidade tradicional de uma referida comunidade que resguarda dentro de si memórias características. Etimologicamente “Patrimônio” advém do latim *patrimonium*, uma junção de “patri”, termo designador de “pai”, com “monium”, que exprime “recebido”, para referir-se à “herança”. Trata-se, portanto, de um “bem de herança que passa, de acordo com as leis, dos pais e das mães para os filhos (Choay apud. Littré, 2001, p.5). Desde seu conceito mais antigo ao mais atual, o patrimônio tem a função de transmitir algo para alguém. Segundo a classificação linguística inglesa, as concepções de patrimônio partem da palavra *heritage*, mais associada ao legado de bens culturais – em grande parte privados – que constituem o patrimônio cultural. Já a concepção anglo-saxônica parte da expressão *l'héritage* que, por sua vez, designa os bens privados que são transmitidos de uma geração para a seguinte. Essa última concepção linguística adequa-se melhor na compreensão ocidental moderna de patrimônio, contudo, ambas podem se complementar na formação do conceito.

Por guardar dentro de si um arcabouço mnemônico, o patrimônio de uma comunidade acumula em si experiências diversas dos sujeitos e é capaz de contar, através de si, o processo de desenvolvimento de uma sociedade. Pensamos o conceito de comunidade sob a perspectiva de Benedict Anderson (2008), de “comunidades imaginadas”, porque seus indivíduos, mesmo

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). ID Lattes: 8522-0277-5857-1142. ORCID: 0000-0002-0040-7973. E-mail: hamandafontenele@gmail.com.

nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos, símbolos comuns e cosmovisões que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário. Sendo assim, o patrimônio coloca-se como parte fundamental para a formação de identidades sociais a parte de sua simbologia. Desse modo, compreendemos aqui o patrimônio cultural como um laboratório de experiências sociais e, portanto, de vivências contadas a partir de seus símbolos – que, por sua vez, são capazes de formar uma unidade social.

Partindo desse princípio, objetivamos analisar o processo alfabetizador do patrimônio, por meio da educação patrimonial, enquanto meio social de compreensão dos comportamentos e percepções dos sujeitos em comunidade. Para tanto, nos utilizaremos como arcabouço teórico os dossiês organizados pelo IPHAN, bem como obras de demais pesquisadores do patrimônio nacional, que dizem respeito a trajetória do patrimônio e sua valorização por meio da educação, pois conforme afirma Umberto Eco “uma releitura de estudos precedentes conduzem à maturação e sistematização de ideias que se encontravam perdidas em outros textos” (ECO, 1932, p.2). Partiremos das primeiras ideias de patrimônio até a institucionalização, pois consideramos que os primeiros passos na jornada de reconhecimento do patrimônio brasileiro são fundamentais à compreensão do processo de desenvolvimento da educação patrimonial no Brasil, bem como dos seus principais desafios e objetivos. Para Márcia Sant’anna:

No Brasil, há uma tradição de estudos que privilegia as operações de seleção e salvaguarda de bens culturais como os principais indicadores dos sentidos e objetivos da prática preservacionista, mas a produção social de patrimônio não se esgota nessas ações iniciais. (SANT’ANNA, 2003, p. 155).

Nesse sentido, a valorização do patrimônio no Brasil segue um processo institucional que parte da década de 1930, com a ideia de valorização do patrimônio nacional por meio da sua institucionalização e criação de políticas de preservação dos bens tangíveis e intangíveis. Contudo, a institucionalização, em si, não foi suficiente para a valorização, pois esse processo deve partir da comunidade representada pelos respectivos patrimônios. Por isso, a educação patrimonial promovida pelos seus diversos meios, apresenta-se como ponto fundamental para colocarmos os sujeitos em relação direta de preservação do patrimônio e resguardo da memória presentificada.

A questão patrimonial no Brasil

Falar de políticas patrimoniais que precedem a década de 1930, no Brasil, implica falar de políticas lusitanas, uma vez que, enquanto colônia, essas políticas se associavam ao território brasileiro. Era de interesse da metrópole preservar os traços árabes, gregos e romanos presentes desde o tempo em que dominaram o território português. Contudo, não era intuito dessas leis resguardar os traços da memória colonial. Os intentos de construir a identidade patrimonial do nascente império pode ser percebido com a vinda da corte portuguesa para a então colônia, em especial, com a criação da escola de Belas Artes e a vinda da Missão Francesa, que buscava retratar paisagens e o cotidiano próprio da colônia. Segundo o historiador Hernán Venegas:

O Brasil que se “inventou” selecionou o passado que melhor se adaptou à sensação de movimento e mudança que imprimiu a presença dos Bragança e Orleans no empenho em tornar civilizada uma ex-colônia com muitos contrastes sociais perante os olhos das nações civilizadas europeias. (VENEGAS, 2011, p. 25).

A influência dos anseios de preservação patrimonial se confirma ainda pelas ações de preservação pensadas no século XVIII, pelo então governador de Pernambuco d. Luís Pereira Freire de Andrade, para preservar as construções dos holandeses em Recife. Posteriormente, a criação Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, foi latente no que diz respeito a preservação da memória da nação brasileira. A partir dessa instituição, surgiram três formas de pensar o patrimônio nacional. A primeira, caracteriza-se pela resgate de memória provenientes da Igreja Católica no Brasil, a segunda caracteriza-se pelos primeiros estudos teóricos de arte no Brasil e a terceira se caracteriza pelo resgate memorialístico do Rio de Janeiro, a então capital do Império. (VENEGAS, 2011).

O século XX foi marcada internacionalmente pelas políticas referentes ao patrimônio, como a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, na década de 1940, na qual o conceito antropológico de cultura começou ser discutido, compreendendo que a cultura é dinâmica e variável de acordo com o contexto. Ao se referir a atuação dos órgãos internacionais, no processo de patrimonialização, Viviane Pedrazani afirma que “Os anos de 1970 e 1980 assistem a consagração internacional da noção de patrimônio cultural evidenciada por organismos internacionais, notadamente a UNESCO, patente nos textos de inúmeras Cartas, Convenções e Encontros das quais o Brasil é signatário” (PEDRAZANI, 2020, p.183). Nesse sentido, na década de 1980, foi instaurada a patrimonialização das diferenças, que diz respeito a preservação das singularidades locais. Ambos os conceitos foram fomentados em decorrência do contexto Pós Guerra, em que a pluralidade cultural foi posta em questão e nesse sentido, “expressões como “direito ao passado” e “direito à memória” vêm sendo incluídas, em várias situações, no conjunto de direitos da cidadania.” (TOLENTINO, 2012, p. 17).

Desse modo, assim como na França pós revolucionária, a questão patrimonial apresentou-se no Brasil de múltiplas formas pela necessidade de legitimação de suas características enquanto Estado-Nação. Pelo seu caráter múltiplo, adequado às necessidades de cada tempo, concordamos que a noção de patrimônio cultural é historicamente constituída e tem se transformado de acordo com as demandas de cada tempo (CHUVA, 2012). Todo esse antecedente conduziu para as primeiras discussões sobre patrimonialização no Brasil a partir da década de 1930, quando foram fundados os órgãos de competência federal com o intuito de preservar o patrimônio nacional, tais como a Inspetoria de Monumentos Históricos (1934-1937) e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. A partir do SPHAN, a questão patrimonial se estendeu para as esferas estaduais e municipais, surgindo daí o interesse próprio de cada região em resguardar seus bens significativos para a memória.

O ponto de partida para a institucionalização dá-se através da figura do romancista, poeta, pesquisador e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, Mário de Andrade, que encarnou o papel de agente do poder público através do cargo de diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo para a promoção da cultura brasileira, lançando tanto as bases para a ação do Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil, quanto para o conhecimento do folclore brasileiro (CHUVA, 2012). Na sua empreitada pela valorização do patrimônio cultural brasileiro, Mário de Andrade elaborou, a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o anteprojeto que iria culminar no decreto-lei 25/1937 proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que lançou bases para a criação do SPHAN. Segundo o decreto-lei 25/1937, ficou estabelecido que:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

A década de 1930 marcou a política patrimonial de “pedra e cal”, através do tombamento do patrimônio material. O tombamento é a medida de preservação mais antiga do patrimônio cultural brasileiro previsto pelo decreto lei nº25/1937. A palavra tombamento reporta-se à Torre do Tombo, situada em Lisboa, criada em 1378, sendo uma das instituições mais antigas de Portugal, onde é arquivada vasta documentação luso brasileira. Em se tratando do patrimônio histórico e cultural brasileiro, compreendemos o tombamento a partir do decreto lei nº25/1937, como “um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização” (Ghirardello, Spisso, 2008, p. 15). Segundo as estimativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos estados brasileiros há mais de 1219 bens tombados (PORTA, 2012). Contudo, o tombamento não é a única forma de preservação, pois quando elegemos apenas os bens materiais, os bens imateriais ficam excluídos do conceito de “patrimônio cultural”.

Na década de 1970, tiveram início as discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação desse conceito para que fosse capaz de abranger os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira. Isto significava incluir os legados da cultura indígena, da cultura afro-brasileira e da cultura popular de uma sociedade resultante de um contínuo processo de contato entre culturas diversas. (IPHAN, 2014). Embora as discussões sobre a abrangência do patrimônio, no sentido de contemplação das manifestações culturais, tenham iniciado por volta da década de 1970, somente no ano 2000, a partir do decreto nº 3551/2000, que se estabeleceu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e se consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), ampliando assim, a noção de patrimônio para além do material, expandindo-se para os saberes, celebrações, formas de expressões e lugares que caracterizam as diversas comunidades brasileiras.

A educação patrimonial

Hoje em dia, “na grande maioria das legislações nacionais consta o preceito de que é dever do Estado preservar o patrimônio histórico e artístico” (FONSECA, 2005, p. 159), por meio de suas ferramentas. Todavia, as medidas institucionais, como o registro para o patrimônio imaterial, o tombamento para o patrimônio material e a chancela para a paisagem cultural, não são suficientes para a preservação do patrimônio cultural, pois este depende da sua relação com a comunidade para a preservação eficaz. Segundo Tolentino “A ideia subjacente é de uma riqueza que constitui um “ativo” a ser valorizado não apenas por seus detentores, mas também pelas comunidades de algum modo relacionadas a esses bens.” (TOLENTINO, 2012, p. 17). Para isso, a educação patrimonial é um processo essencial para estreitar a relação entre o patrimônio e a sociedade, uma vez que se apresenta como um suporte para a promoção coletiva da noção de cidadania, além do sentido de pertencimento à comunidade por meio das percepções despertadas. Segundo Horta, educação patrimonial pode ser conceituada como:

[...] um processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de **criação cultural**. (grifo da autora). (HORTA; GRUMBERG, 1999, p. 4).

Esse processo tem por função elevar o senso de preservação do patrimônio cultural para além da institucionalização: na inserção prática do patrimônio cultural no meio social. Para isso, o patrimônio não pode ser compreendido como um bem estático, mas deve ser adaptado as demandas de cada tempo. Nessa lógica, ampliam-se as discussões sobre os eventuais usos do patrimônio. Segundo o historiador Jacques Le Goff (1984) a necessidade de registrar, isto é, de estudar os aspectos do eventual bem, já é um indício de consciência histórica, consequentemente, pressupõe-se no objeto a ser registrado uma ruptura entre o que já passou e o que está sendo vivido. Nesse caso, a educação patrimonial tem a função de despertar a consciência histórica para levar a comunidade a compreender a razão de ser da sua cultura e suas múltiplas facetas.

Ao entender o patrimônio cultural através da ótica antropológica, comprehende-se também que o patrimônio deve receber um olhar multidisciplinar, assim, desde a criação do anteprojeto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na década de 1930, já se pensava em inserir um caráter pedagógico ao patrimônio cultural, inicialmente através dos museus. Essa perspectiva deu-se pelo fato de que a criação de um órgão federal para a salvaguarda do patrimônio nacional partiu de iniciativas de intelectuais ligados a Semana de Arte Moderna de 1922, e por assim ser, partiu de um grupo que tinha em mente a relação do patrimônio com a educação. Ao se referir a função da educação enquanto meio para despertar o sentimento de pertencimento concernente ao patrimônio de uma comunidade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do IPHAN desde a sua criação até 1967, assegurou que:

só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Contudo, embora a educação patrimonial fosse pensada como essencial, só veio a ser proposta de forma ampliada, em discussão pelas Secretarias de Educação na década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, por meio da iniciativa do designer Aloísio Magalhães. Para aproximar a sociedade do seu patrimônio cultural com finalidade de promover a educação patrimonial, uma das primeiras iniciativas pensadas ainda na fase heroica do IPHAN (1937-1967) foi a constituição de museus tanto a nível municipal quanto a nível federal, com o intuito de resgatar, divulgar e preservar a memória histórica das comunidades. Já por volta da década de 1970 pensava-se em projeto de educação patrimonial no qual o processo educativo pudesse ser conduzido de dentro para fora, ou seja, o foco do

processo educativo seria o educando, enquanto o educador deveria colocar-se no papel de mediador, visando estimular a participação e a interação do educando com o patrimônio. Compreende-se que:

A meta que se deve ter em vista, portanto, é de despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de inter relação com os outros e com o mundo. (TOLENTINO, 2012, p. 16).

Nessa perspectiva, com o intuito de levar o educando ao papel central no processo de aproximação e apoderamento cultural do patrimônio, o CNRC juntamente ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, criaram na década de 1980 o *projeto interação*, como uma das primeiras medidas de interação entre os sujeitos e o patrimônio cultural, que caracterizou-se ainda como os passos iniciais da perspectiva patrimonial como um laboratório de experiências vividas entre a comunidade e o patrimônio. Nesse projeto, “procurava relacionar a Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável” (IPHAN, 2014, p. 9). Desse modo, uma das principais características da educação patrimonial é o respeito ao pluralismo cultural, sem intervenções diretas no processo de assimilação e aquisição do conhecimento. Compreende-se também que a educação patrimonial é constituída de todo processo educativo, seja ele formal ou informal, dentro de diversos espaços como museus, escolas, pontos turísticos etc., que tenha como foco o patrimônio cultural e sua função histórica e social para a memória das comunidades.

O processo de mediação que permite a circulação de saberes referentes a memória construída por meio das formas de relação com patrimônio entre educador e educando, parte do conceito cunhado pelo psicólogo russo Lev Vygotsky, no qual entende-se que a ação dos sujeitos geram respostas que mudam tanto o mundo quanto o próprio sujeito por meio de instrumentos e signos e também, do processo de mediação em que ocorre a cognição. Assim, a mediação pode ser compreendida como “um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, com a incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo.” (IPHAN, 2014, p. 22). O processo de mediação do patrimônio, abrange o tangível e o intangível, de modo que tanto as tradições da cultura imaterial, quanto as obras da cultura material devem ser inseridas dentro desse aspecto cognitivo, de maneira que ambas devem ser objeto da educação patrimonial, uma vez que alinhada à psicologia de Vygotsky, a educação patrimonial revela uma preocupação com o homem enquanto sujeito histórico constituído de cultura.

Por assim ser, entende-se que no contexto de aprendizagem, o indivíduo não está isolado, mas sempre num processo intersubjetivo entre o educador e o educando. Lev Vygotsky afirma que “o professor é o organizador do meio social educativo, o regulador e controlador de suas interações com o educando” (Vygotsky, 2003, p. 76) e “é onipotente em sua influência indireta, através do meio social. O ambiente social é a autêntica alavanca do processo educativo, e todo o papel do professor consiste em lidar com essa alavanca” (Vygotsky, 2003, p. 76). Seguindo os princípios de Vygotsky, entende-se que a educação é um processo de alguém, por alguém e para alguém, através dessa perspectiva de ensino, logo há transmissão e aquisição de saberes, crenças, hábitos e cosmovisões. Nesse sentido, o trabalho de educação patrimonial vincula-se também ao despertar da memória coletiva, uma vez que tem o educando como

agente protagonista e expositor da relação entre suas vivências e o patrimônio cultural. Por esse ângulo, a memória de uma comunidade pode ser entendida como “[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de coerência de uma pessoa ou em um grupo em sua necessidade de reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p. 204). Assim, o resgate da memória se presentifica no patrimônio e se ressignifica, unindo-se a uma coleção de experiências partindo de um mesmo ponto.

Contudo, enquanto prática, a educação patrimonial ainda se mostra tímida dentro do currículo escolar e apresenta também, seus desafios. Um dos grandes desafios está na capacitação de mediadores para o patrimônio, principalmente dentro dos sistemas de ensino. Segundo Libâneo (2003), as universidades devem estar preparadas para a formação de professores capacitados para ajustar sua didática as novas realidades e necessidades da sociedade, contudo, há dificuldade na inserção de novas metodologias que auxiliem no alinhamento do currículo com a educação patrimonial. O grande desafio também é incluir a educação patrimonial no currículo escolar, ainda que, segundo o primeiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fique estabelecido que a cultura é parte do processo formativo da educação (BRASIL, 1996). Não basta apenas a difusão de conhecimentos acumulados, é fundamental que esse processo educacional possibilite a construção de relações efetivas com a comunidade, verdadeira detentora do patrimônio cultural.

No âmbito educacional, o patrimônio cultural apresenta-se como tema transversal e interdisciplinar, ampliando seu campo de atuação dentro das ciências e, também, favorecendo a ampliação dos conteúdos do local para o global, permitindo colocar os educandos como parte atuante na história, refletindo-se em diversas outras culturas. De acordo com Horta (1999), a educação patrimonial enquanto instrumento de “alfabetização cultural” possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido, reforçando e valorizando o pluralismo cultural.

Considerações finais

Segundo a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]” (BRASIL, 1988). Desse modo, entende-se que não há comunidade sem cultura e o contrário também é válido, pois não há cultura sem comunidade. Enquanto construção humana, uma precisa da outra para subsistir, portanto, é imprescindível levar em consideração todos os traços culturais que caracterizam uma comunidade. A Educação Patrimonial é a ferramenta essencial para despertar a consciência histórica como laboratório de experiências e de aprendizagem a respeito do patrimônio e, portanto, da experiência social. Por meio da Educação Patrimonial, surge uma nova percepção do que ocorre nos espaços de vida e por assim ser, o trabalho educacional do patrimônio não se trata apenas de enaltecer um universo de coisas, mas trata-se da ressignificação dos bens culturais e também do fortalecimento da cidadania, no tocante à aproximação das entidades institucionais.

Ainda que as políticas de Estado tenham como pilar a preservação do patrimônio cultural como justificativa para a ideia de “identidade nacional”, construída inicialmente por meio de bens selecionados pela classe de intelectuais que inicialmente figurava o despertar para o patrimônio nacional enquanto objeto de institucionalização, percebe-se que as demais classes sociais também apresentaram seus bens de excepcional valor, sejam eles de origem material ou imaterial, de forma que se tornou inevitável reconhecê-los legalmente através dos

diversos instrumentos de salvaguarda. Contudo, os avanços sociais para a preservação do patrimônio ainda são tímidos, de modo a se problematizar as ações de educação patrimonial nas demais sociedades, a fim de que os indivíduos passem a perceber o patrimônio que lhes pertence para além da lei, pois de acordo com Cecília Londres Fonseca:

O entendimento é de que, em se tratando de uma memória viva, a lei é um recurso limitado, e o poder de polícia é um recurso inadequado. A ação do poder público deve ser flexível e descentralizada, predominantemente mediadora, na medida em que cada situação exigirá estratégias distintas de preservação, que só serão eficazes se elaboradas e implementadas em parceria com os interessados. (FONSECA p. 169).

Com base no exposto, percebemos a importância da educação patrimonial no processo de formação do cidadão. Não obstante, está se caracteriza como uma discussão antiga, ainda que tenha em si muito a ser definido. Sem o processo de educação patrimonial, o indivíduo está fadado a ter sua história escrita por um ângulo que não lhe pertence. Por assim ser, patrimônio e sociedade se complementam, uma vez que é a sociedade quem dá sentido ao patrimônio, vivenciando-o como objeto de memória a ser preservada e multiplicada. Ainda que seja função do Estado legitimar o patrimônio e conferir proteção legal a ele, são os ecos populares que o dirigem a isso, por meio da participação dos cidadãos em conselhos de apoio aos órgãos de patrimônio e associações voltadas para salvaguarda. Cabem aos projetos de educação patrimonial contribuírem ao avanço dessas relações e ao despertar em massa das noções de apoderamento patrimonial.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [S.n], 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. (Org.) **Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2012.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília. N°34, 2012. p. 147-166.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. tradução Gilson César Cardoso de Souza. - São Paulo: Perspectiva, 2008. 21. ed.
- Educação patrimonial:** reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. Em Enciclopédia Einaudi, vol. I, **Memória-História**. Portugal: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

IPHAN, **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasil, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **A aprendizagem escolar e a formação de professores**. Revista Educar nº 24, p. 113-147. Editora UFPR: Curitiba, 2004.

Patrimônio histórico: como e por que preservar/coordenação de: Nilson Gherardello e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. -- Bauru, SP: Canal 6, 2008.

PEDRAZANI, Viviane. A prática de preservação do patrimônio cultural de Teresina através do tombamento: décadas de 1980 e 1990. **A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita – volume 1** / Marcelo de Sousa Teto, Antonia Valtéria Melo Alvarenga, Pedro Pio Fontineles Filho (organizadores). - Teresina: EdUFPI, 2020.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010 / Paula Porta. -- Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan** - Monografia (Especialização) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2011.

VENEGAS, Hernán. **Patrimônio cultural e turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty / Hernán Venegas**. – 2011.

VYGOTSKY, L. S. (2003 a). **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (6^a ed.). (J. Cipolla Netto et al., Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 22 set. 2020
Aprovado em 05 out. 2020

